



PODER JUDICIÁRIO
de Santa Catarina

Boletim Informativo Especial

COVID-19

Jurisprudência, Doutrina e Legislação

Edição n. 3, de 08 de maio de 2020

APRESENTAÇÃO

A Comissão Permanente de Jurisprudência e a Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, em parceria com o Núcleo de Comunicação Institucional, apresentam este boletim com temas relacionados à COVID-19.

O boletim, encaminhado por e-mail, objetiva manter juízes(as) e servidor(as) informado(as) sobre decisões judiciais, produções doutrinárias e atos normativos. Além disso, contribuirá para compartilhar conhecimentos, fornecer suporte para a tomada de decisões e promover a estabilidade jurisprudencial.

Para isso, solicitamos, em especial, que os magistrados contribuam mediante o envio das decisões que proferiram relacionadas ao tema COVID-19 para informativo.especial@tjsc.jus.br, de preferência no formato RTF, as quais serão submetidas a uma triagem para posterior divulgação.

Contamos com o engajamento de todos para que seja possível atingir os objetivos propostos.



JURISPRUDÊNCIA



SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

a) Os serviços de reservas de diárias de hospedagem nas plataformas de venda on-line.

[Saiba mais](#)

b) Violação a normas constitucionais brasileiras, a tratados internacionais de direitos humanos e às Convenções de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961) e Consulares (1963) na ordem de retirada compulsória dos integrantes do corpo diplomático venezuelano do território nacional.

[Saiba mais](#)

c) Necessidade de fundamentação técnico-científica para amparar imposição de restrições ao direito de ir e vir.

[Saiba mais](#)

d) Restrição à circulação dos veículos de transporte público coletivo no território municipal.

[Saiba mais](#)



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

a) A situação de pandemia não tem o condão de permitir a revogação de todas as prisões cautelares e não se apresenta como teratologia hábil a permitir a superação do enunciado da Súmula nº 691 do Supremo Tribunal Federal.

[Saiba mais](#)

b) Possibilidade de readequação da logística referente à prestação do serviço de transporte público como forma de salvaguardar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão em tempos de pandemia.

[Saiba mais](#)

c) Pagamento de amortização e juros de contrato de empréstimo firmado entre município e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Saiba mais

d) Inexistência de direito subjetivo do devedor à substituição do depósito em dinheiro por seguro-garantia sem o aval do ente público.

Saiba mais

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA

2º GRAU

a) Impossibilidade do retorno do transporte público municipal e inexistência de usurpação de competência local pelos Decretos Estaduais nº 515, 525, 535, 550 e 554/2020.

Saiba mais

b) Anulação de demissão por falta ao trabalho de servidora admitida em caráter temporário (ACT) sem o devido processo administrativo.

Saiba mais

c) Suspensão de obras públicas a fim de preservar o direcionamento de esforços da Administração e das verbas públicas ao enfrentamento da crise de saúde.

Saiba mais

d) Creditamento do ICMS, normal ou em substituição tributária, quanto à aquisição de combustíveis, lubrificantes, aditivos e outros fluidos, peças de reposição, pneus e câmaras de ar, discos de tacógrafo e despesas com lonas para a carga e conta para amarração, em benefício de empresas de transportes.

Saiba mais

1º GRAU

a) Manutenção dos negócios/contratos e obrigações creditícias para a preservação da segurança jurídica e não interferência no mercado de crédito.

Saiba mais

b) Penhora sobre o auxílio emergencial previsto no Decreto nº 10.316/2020 para o adimplemento de obrigação de prestar alimentos.

Saiba mais

c) Indeferimento de pedido de trabalho externo formulado por reeducando.

Saiba mais

d) Redução do aluguel mensal em shopping center.

Saiba mais



DOCTRINA

a) “Teoria da imprevisão e a MP 948: Um viés consumerista” (REIS, Tiago Barbosa; SANTANA, Guilherme Mazarello N. de) – Abordagem quanto às alterações das obrigações relacionais em razão da pandemia no setor de turismo e os reflexos protecionistas aos fornecedores ante o disposto na Medida Provisória n° 948/2020.

Saiba mais

b) “A CONVIVÊNCIA FAMILIAR E A GUARDA COMPARTILHADA EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19” (RIBEIRO, Joana; VERONESE, Josiane Rose Petry) – Análise acerca dos impactos sobre o direito fundamental à convivência familiar em razão da pandemia COVID-19.

Saiba mais

c) “Vagas em UTI em tempos de COVID-19” (SCHULZE, Clenio Jair) – Dispõe sobre a autonomia conferida ao corpo médico na tomada de decisão quanto à escolha sobre quem poderá ocupar um leito em UTI, sem a necessidade da edição de eventual lei nacional.

Saiba mais

d) “Consequências Jurídicas do Coronavírus (COVID-19)” (LEITE, Gisele) – Visa colacionar todas as possíveis consequências jurídicas em razão da pandemia do novo coronavírus.

Saiba mais

e) “Contratos administrativos de serviços terceirizados e os efeitos das medidas de enfrentamento do coronavírus.” (GUEDES, Francine) – Avaliação a respeito da necessária readequação de pactos administrativos firmados com as empresas prestadoras de serviços terceirizados decorrente do eventual desequilíbrio das prestações contratuais e onerosidade superveniente.

Saiba mais



LEGISLAÇÃO

a) Medida Provisória n° 948, de 8 de abril de 2020 – Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n° 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19).

[Saiba mais](#)

b) Medida Provisória n° 954, de 17 de abril de 2020 – Dispõe sobre o compartilhamento de dados por empresas de telecomunicações prestadoras de serviço telefônico fixo comutado e de serviço móvel pessoal com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para fins de suporte à produção estatística oficial durante a situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), de que trata a Lei n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

[Saiba mais](#)

c) Medida Provisória n° 959, de 29 de abril de 2020 – Estabelece a operacionalização do pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda e do benefício emergencial mensal de que trata a Medida Provisória n° 936, de 1° de abril de 2020, e prorroga a vacatio legis da Lei n° 13.709, de 14 de agosto de 2018, que estabelece a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD.

[Saiba mais](#)

d) Medida Provisória n° 960, de 30 de abril de 2020 – Prorroga os prazos de suspensão de pagamentos de tributos previstos nos atos concessórios do regime especial de drawback que tenham sido prorrogados por um ano pela autoridade fiscal e tenham termo em 2020.

[Saiba mais](#)

e) Decreto n° 10.329, de 28 de abril de 2020 – Altera o Decreto n° 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei n° 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.

[Saiba mais](#)

f) Decreto n° 10.333, de 29 de abril de 2020 – Aprova o Regulamento do Fundo de Desenvolvimento Social.

[Saiba mais](#)

g) Decreto n° 10.334, de 29 de abril de 2020 – Altera o Decreto n° 9.058, de 25 de maio de 2017, que dispõe sobre a distribuição do quantitativo de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal – GSISTE e define os procedimentos a serem observados para sua concessão.

Saiba mais

h) Portaria n° 552, de 27 de abril de 2020 – Autoriza a prorrogação automática dos benefícios de auxílio-doença enquanto perdurar o fechamento das agências em função da emergência de saúde pública de âmbito internacional decorrente do novo coronavírus (COVID-19), nas condições especificadas.

Saiba mais

i) Portaria n° 204, de 29 de abril de 2020 – Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no país de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, por via terrestre, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa.

Saiba mais

j) Resolução n° 677, de 29 de abril de 2020, do Supremo Tribunal Federal – Estabelece medidas de médio prazo para a gestão das atividades do Tribunal.

Saiba mais

k) Nota Técnica Conjunta n° 1/2020 CNJ/CNMP, de 28 de abril de 2020 – Nota técnica referente à destinação do Fundo Penitenciário Nacional em face da decretação de Emergência de Saúde Pública de Importância Nacional para o Novo Coronavírus – COVID-19.

Saiba mais

l) Vade Mecum – COVID-19: Leis e Portarias.

Saiba mais

m) CNJ – Orientações técnicas sobre a monitoração eletrônica de pessoas no âmbito da adoção de medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus (COVID-19).

Saiba mais

n) CNJ – Orientações sobre alternativas penais no âmbito das medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus (COVID-19).

Saiba mais

o) Portaria SES n° 282, de 30 de abril de 2020 – Autoriza as aulas presenciais teóricas nas dependências do Detran.

[Saiba mais](#)

p) Portaria SAP n° 346, de 27 de abril de 2020 – Suspende a retomada da atividade laboral realizada por reeducandos no interior das unidades prisionais do Estado de Santa Catarina.

[Saiba mais](#)

ELABORAÇÃO:
PRIMEIRA VICE-PRESIDÊNCIA
COMISSÃO PERMANENTE DE JURISPRUDÊNCIA
E ACADEMIAL JUDICIAL



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
de Santa Catarina
Gabinete da 1ª Vice-Presidência

<https://www.tjsc.jus.br/web/jurisprudencia/primeira-vice-presidencia>



<https://www.tjsc.jus.br/web/academia-judicial>

APOIO:
NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL